



Município de Lagoa Formosa
Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG)
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 ☎ (034) 3824-2000

TERMO DE REFERÊNCIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
BASE LEGAL: LEI FEDERAL 14.133/21

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Referência consiste na **Contratação de pessoa física e/ou jurídica para prestação de serviços de mão de obra de motosserra (incluso operador, equipamento e combustível) para o corte de madeira, visando a confecção de pranchões utilizados na manutenção de pontes municipais**, conforme especificado em tabela abaixo:

Item	Descrição	Uni.	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
01	Prestação de serviços de mão de obra de motosserra (incluso operador, equipamento e combustível) para corte de madeira visando a confecção de pranchões utilizados na manutenção de pontos municipais.	M³	400	R\$ 687,50	R\$ 275.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO ANUAL					R\$ 275.000,00

2. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade contínua da Prefeitura Municipal de Lagoa Formosa/MG, por meio da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, em realizar a manutenção das pontes situadas na zona rural do Município, muitas das quais são compostas por estruturas de madeira que exigem constantes reparos para garantir a segurança e a trafegabilidade da população local.

2.2. A madeira utilizada na manutenção dessas pontes é, em sua maioria, doada por produtores rurais e fazendeiros da região. No entanto, o Município não dispõe de servidores com capacitação técnica e equipamentos específicos para a realização do corte dessas madeiras e a confecção dos pranchões necessários para os serviços de infraestrutura.

2.3. Dessa forma, revela-se imprescindível a contratação de pessoas físicas e/ou jurídicas especializadas na prestação de serviços de motosserra, incluindo o operador, o equipamento e o combustível, para execução das atividades de corte de madeira, preparação e acabamento dos pranchões, inclusive com a destinação adequada dos resíduos gerados.

2.4. A demanda é variável e geograficamente descentralizada, sendo comum a ocorrência simultânea de frentes de trabalho em diferentes localidades, dentro do Município de Lagoa Formosa/MG.

2.5. Portanto, a contratação se mostra necessária, conveniente e adequada ao interesse público, viabilizando a prestação eficiente de serviços públicos essenciais à população rural do Município de Lagoa Formosa/MG.

3. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

3.1. O objeto do presente Termo de Referência consiste na contratação de serviços especializados, sem regime de dedicação exclusiva, para prestação de serviços de mão de obra de motosserra (incluso operador, equipamento e combustível) para o corte de madeira, visando a confecção de pranchões utilizados na manutenção de pontes municipais.

3.2. Para a contratação em tela, foram analisados processos similares feitos por outros órgãos e entidades, por meio de pesquisa no âmbito de contratações públicas através do site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração.

3.3. A partir da análise de contratações similares, foi identificada como mais vantajosa a contratação de profissional especializado, para realização dos serviços necessários, com fornecimento dos materiais inerentes à execução de seus serviços, considerando a grande demanda e ainda a insuficiência de servidores com capacidade técnica nos quadros desta Administração.

3.4. Diante dessa temática, a solução a ser adotada neste Órgão é aderente às encontradas, qual seja, contratação, por procedimento de chamamento público para credenciamento.

3.5. Conforme art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, define-se credenciamento como o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados



Município de Lagoa Formosa
Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG)
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 ☎ (034) 3824-2000

em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

3.6. Esse procedimento auxiliar é adotado quando se constata, na fase de planejamento da contratação, que a abordagem mais vantajosa para a administração consiste em permitir que uma gama de fornecedores se qualifique para fornecer os bens ou serviços desejados, em virtude da inviabilidade ou ineficácia de selecionar um único fornecedor por meio de disputa, de modo a atender adequadamente ao interesse público. Vejamos:

Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:
Regulamento

I - Paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;

III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

3.7. Nesse sentido, deve cada órgão regulamentar a utilização do credenciamento, sendo claro que sua utilização ocorrerá:

a) **sempre que a solução da necessidade pública demande a contratação concomitante ou sucessiva de todos os particulares que preencherem os requisitos previamente fixados;**

b) nos casos de seleção do contratado a critério de terceiros, ou seja, quando a seleção do fornecedor do bem ou serviço está a cargo do beneficiário da prestação, cabendo ao Poder Público apenas credenciar os interessados que atendam aos requisitos previamente fixados; e, por fim,

c) nos casos de contratação de bens ou serviços negociados em mercados fluidos, nos quais a realidade de mercado impõe a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação, sendo mais vantajoso credenciar previamente os interessados.

3.8. No presente caso, observa-se a ampla necessidade de mão de obra especializada para a execução de tais serviços no Município de Lagoa Formosa/MG, estes que necessariamente carecem de certa técnica e experiência visando a garantia de um bom resultado.

3.9. Tal fato, especificamente, justifica a deflagração do presente processo de credenciamento, onde se convoca todos os interessados que cumpram os requisitos impostos em Edital para servirem à Administração Municipal no âmbito de sua profissão.

3.10. Isto porque, não existe no quadro desta Administração, servidores ou pessoas com atribuições compatíveis com as pretendidas neste procedimento administrativo, muito menos em quantidade suficiente para se implementar as obras e serviços presentes e futuros elencados pela Administração Pública Municipal.

3.11. Ressalta-se, ainda, que através do credenciamento, a Administração pode convocar aqueles que preencherem os requisitos para contratação, conforme as necessidades a serem atendidas.

3.12. Convém ressaltar que a Administração tem acompanhado com atenção a jurisprudência emanada pelos Órgãos de Controle, de modo a incorporar em seus processos de contratação os avanços e melhorias proporcionados pelo exame de casos concretos das aquisições de outros órgãos federais, a fim de obter contratações mais seguras e eficientes para cada caso concreto.

3.13. Assim, optou-se pela realização de credenciamento, procedimento que possibilita à Administração Pública contratar múltiplos prestadores de forma não excludente, conforme previsto no art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurando maior flexibilidade, economicidade, celeridade e atendimento contínuo às demandas emergenciais e rotineiras de manutenção das estruturas viárias municipais.

3.14. A adoção do credenciamento permite, ainda, valorizar a mão de obra local e otimizar os recursos públicos, visto que o Município pagará apenas pelos serviços efetivamente prestados, mediante demanda e comprovação, sem vínculo contratual exclusivo com apenas um fornecedor.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. O Município de Lagoa Formosa/MG solicitará os serviços por demanda, ou seja, sempre que houver necessidade.



Município de Lagoa Formosa
Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG)
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 ☎ (034) 3824-2000

4.2. Não haverá quantidade mínima a ser solicitada, de modo que o Contratado, sempre que solicitado, deverá se apresentar para a execução do objeto, independentemente do volume de serviços.

4.3. A prestação dos serviços correspondente ao objeto do presente Termo de Referência observará a seguinte dinâmica:

4.3.1. O Contratado, após receber a ordem de serviço, deverá ir até o local onde estará plantado a árvore, fazer o corte da mesma, a limpeza de todos os galhos e depois os pranchões, que deverão ter aproximadamente as seguintes medidas: **4,5m de largura e 8cm de espessura**, sendo o comprimento definido de acordo com o local de destinação.

4.3.2. Após a recolha dos pranchões pelo responsável da Secretaria Municipal de Obras e direcionamento dele para os locais finais, o credenciado deverá fazer toda a limpeza no local do corte dos resíduos gerados, como lascas e serragem e dar a destinação adequada a esses materiais, evitando acúmulo e impactos no solo e na vegetação.

4.3.3. Os serviços solicitados deverão ser realizados em até **24 (vinte e quatro) horas**, contadas da solicitação formal.

4.3.4. Em casos de urgência/emergência, os serviços deverão ser executados **em até 05 (cinco) horas**.

4.3.5. O requerimento mencionado no subitem anterior deverá conter as seguintes informações:

- a) Identificação da Secretaria Municipal solicitante;
- b) Identificação do serviço a ser prestado;
- c) Local onde serão realizados os serviços;
- d) Assinatura do Secretário e/ou Coordenador solicitante.

4.3.6. O requerimento deverá ser enviado ao Departamento de Compras e Controle Interno do Município que encaminhará o respectivo pedido ao Credenciado, acompanhado da Ordem de serviços.

4.3.7. No momento da solicitação a unidade requisitante deverá verificar qual credenciado está habilitado, devendo respeitar rigorosamente o critério de distribuição da demanda.

4.3.8. Caberá ao credenciado a prestação do serviço em perfeitas condições, realizando tais serviços com pessoal qualificado, mediante emprego da técnica e ferramentas adequadas.

4.3.8.1. Deverá, ainda, como executar fielmente e dentro das melhores normas técnicas, os serviços de sua responsabilidade, conforme contrato e ordem de serviços.

4.3.8.2. Será responsável por executar o que não for explicitamente mencionado, **mas que seja necessário para a perfeita execução dos serviços**.

4.3.9. O Credenciado será responsável por reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, exclusivamente por sua conta e risco, no total ou em parte, no prazo de até 24 horas, os serviços com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pelo Município.

4.3.9.1. Será responsável, ainda, pelo emprego de mão de obra, acessórios ou materiais, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nos serviços recebidos por esse Município, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação.

4.3.10. O credenciado será responsável por todo e qualquer dano ou prejuízo causado por ela, por seus empregados, representantes, ou prepostos direta e indiretamente, a este Município, ou à livre iniciativa, inclusive aos decorrentes de serviços prestados com vícios ou defeitos.

4.3.11. O credenciado deverá utilizar apenas e tão somente equipamentos revisados e em plenas condições de uso nos seus serviços, não podendo o mesmo valer-se, em nenhuma hipótese, de itens reconicionados ou não calibrados em seus serviços, obedecendo as especificações mínimas do objeto.

4.3.12. Se Pessoa Jurídica, deverá empregar pessoal devidamente qualificado, obedecendo todas as normas relativas à segurança do trabalho.

4.3.13. O credenciado responsabiliza-se pelas despesas com transporte e deslocamento dos equipamentos e pessoal, conforme o caso, até os locais determinados para o serviço.

4.3.14. O credenciado será responsável por todas as despesas relativas a pessoal, como encargos trabalhistas, previdência, impostos e taxas incidentes sobre o presente contrato, além das despesas decorrentes da utilização dos equipamentos, tais como combustível, lubrificante, manutenção.

4.3.15. O credenciado será responsável por quaisquer danos causados a terceiros, correndo ainda por sua conta o pagamento de impostos de quaisquer naturezas do presente contrato.

4.3.16. O Credenciado responderá civil e criminalmente responsáveis por todo e qualquer acidente ou danos causados aos usuários ou a terceiros, na execução dos serviços contratados, inclusive pagamento de indenizações devidas.



Município de Lagoa Formosa
Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG)
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 ☎ (034) 3824-2000

4.3.17. O Credenciado será responsável pelas despesas com consertos caso o equipamento utilizado para a execução do objeto apresente algum defeito ou avaria, se comprometendo ainda em substituir o mesmo quando em serviço num prazo máximo de 02 (dois) dias.

4.3.18. Será de responsabilidade do Credenciado o fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e de Proteção Coletiva (EPC), ao seu pessoal responsável pela execução dos serviços, de acordo com a legislação vigente.

4.4. Garantia da contratação:

4.4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. Subcontratação:

4.5.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual

4.6. Vistoria:

4.6.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do(s) local(is) de execução dos serviços.

5. DOS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO

5.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

5.1.1. Pessoa Física:

a) A **Carta de Credenciamento** será obtida conforme modelo, que deverá ser devidamente preenchida, assinada, datada e entregue pessoalmente, conforme anexo II;

b) **Cópia do R.G.**, com idade mínima de 18 anos;

c) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (**CPF**);

d) **Declaração única pessoa física** – conforme anexo III;

e) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal e a Seguridade Social**, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

f) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**;

g) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**;

h) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;

i) Cópia da Inscrição no **PIS/PASEP**.

k) **Comprovante de endereço**;

l) **Certidão de bons antecedentes criminais**;

5.1.2. Pessoa Jurídica:

5.1.2.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Ato Constitutivo:

- Ato constitutivo - Estatuto ou **Contrato Social** - e alterações em vigor, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

- Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;

- Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido.

5.1.2.2. DA HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Prova de Inscrição no CNPJ: O documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal: Relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;



Município de Lagoa Formosa
Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG)
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 ☎ (034) 3824-2000

- d) **Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;
- e) **Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;
- f) **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;
- g) **Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;

5.1.2.3. DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) **Certidão negativa de falência ou Concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Na hipótese de que o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes.

5.1.2.4 Documentação Complementar:

- a) **Carta de Credenciamento** será obtida conforme modelo, que deverá ser devidamente preenchida, assinada, datada e entregue pessoalmente, conforme anexo II;
- b) **Declaração única pessoa jurídica**, conforme anexo IV.
- c) **Declaração de ME/EPP**, se for o caso, conforme anexo V.

5.1.3 DA HABILITAÇÃO TÉCNICA (PESSOA FÍSICA E JURÍDICA)

- a) **Atestado de Capacidade Técnica da Empresa ou Pessoa Física, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado:** O atestado deverá comprovar a execução compatível com as características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, em observância ao disposto no art. 67 da Lei 14.133/2021, cuidando-se que tal (is) atestado (s) não seja (m) emitido (s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações:

- Nome, CNPJ ou e endereço completo do emitente;
- Descrição do produto fornecido ou serviço prestado;
- Nome da pessoa física e/ou jurídica que prestou (s) o(s) serviço (s);
- Data de emissão;
- Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

- b) **Licença de Porte e Uso de Motosserra (LPU)**, válida e emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, conforme exigido pela legislação ambiental vigente.

A exigência aplica-se a cada equipamento a ser utilizado na execução dos serviços contratados, e sua ausência poderá implicar a inabilitação do interessado, nos termos do artigo 14 do Decreto nº 6.514/2008 e demais disposições correlatas.

6. DO CRITÉRIO DE DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA

6.1. O critério de distribuição de demanda será aquele previsto no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, será realizado no formato paralelo e não excludente. Será adotado um sistema de rodízio entre os credenciados, sendo que o primeiro fornecedor a se credenciar será o primeiro convocado para prestar o serviço e assim sucessivamente, conforme haja demanda da Administração.

6.2. Dessa forma, o município realizará a distribuição igualitária dos serviços, entre as empresas credenciadas.

6.3. A área demandante será responsável por realizar o controle dos quantitativos executados por cada credenciado.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Os serviços deverão ser prestados, em local designado, conforme a demanda gerada, preferencialmente sob a forma de pronta/imediata execução ou no máximo no prazo de até 24(vinte e quatro) horas, salvo justificativa em caráter excepcional quanto a dilatação de prazo for possível em razão da quantidade de serviços, ou de forma fracionada, atendendo plenamente a demanda gerada com prazo



Município de Lagoa Formosa

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG)

CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 ☎ (034) 3824-2000

pré-fixado, conforme cada necessidade, solicitação e encaminhamento dos serviços pelo Município, somente através da emissão e apresentação da respectiva Ordem de Serviço.

7.2. É de responsabilidade exclusiva e integral do CREDENCIADO a utilização de pessoal para a execução do objeto contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a CONTRATANTE.

7.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Credenciado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados

7.4. O Município reserva para si o direito de não aceitar qualquer execução dos serviços em desacordo com o previsto neste Termo de Referência ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto.

7.5. A contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a CONTRATANTE e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da licitante credenciada designadas para a execução do objeto contratado, sendo a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. A fiscalização da prestação dos serviços ficará sob a responsabilidade do funcionário devidamente designado pelas secretarias contratantes, que determinará os dias, o tipo de serviço e os locais onde serão realizados os serviços, expedindo a respectiva Ordem de Serviço. Serão eles:

- **Fiscal do Contrato:** Wesley Alves dos Reis;

- **Gestor do Contrato:** Adauto Moreira de Andrade.

8.2. Os credenciados deverão manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.3. Caberá aos credenciados apresentar sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

8.4. Os responsáveis pela gestão e pela fiscalização contratual observarão as regras do regulamento municipal (vide Decreto nº 737/2023).

8.5. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelo disposto no artigo 124 e seus incisos da Lei 14.133/2021.

8.6. Da rescisão

8.6.1 O contrato poderá ser rescindido em qualquer tempo, seja amigavelmente, judicialmente ou através de ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos termos do art. 104 e seguintes da Lei Federal nº. 14.133/21, assegurado o contraditório e ampla defesa.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a realização do serviço, com apresentação da respectiva nota fiscal.

10. DO VALOR ESTIMADO

10.1 O valor estimado total (12 meses) da contratação é de **R\$ 275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais)**.

10.2 O valor para a contratação proposta foi identificado através de pesquisa prévia de mercado com profissionais aptos a prestarem os serviços objeto da presente contratação, como preceitua o artigo 23 da Lei 14.133/21.

10.3 O valor global previsto no presente edital refere-se à estimativa de despesas para a contratação de serviços de mão de obra especializada com motosserra, incluindo operador, equipamento e combustível, destinados ao corte de madeira para confecção de pranchões utilizados na manutenção de pontes do município.

10.3.1 Em razão de tratar-se de procedimento de credenciamento, o valor mencionado possui natureza meramente estimativa, não configurando obrigação da Administração em contratar a totalidade do montante previsto. A efetiva contratação será realizada conforme a conveniência e a oportunidade da



Município de Lagoa Formosa
Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG)
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 ☎ (034) 3824-2000

Administração, com base na demanda apresentada, podendo o montante ser dividido entre os credenciados, independentemente de sua quantidade, sem previsão de quantitativos individualizados.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município na seguinte dotação: **Fichas: 129, 130 / Fonte: 500 / CO: 00.**

12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Comete infração administrativa, nos termos do Art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que, no decorrer da contratação:

- I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o CONTRATANTE, a seu critério, garantida a prévia defesa, aplicará à CONTRATADA as seguintes sanções, respeitando-se também o disposto na Lei Federal nº 14.133/21;

- a) Advertência;
- b) Multa de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, limitada a 05 (cinco) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;
- c) Multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um ano);
- d) Multa de 20 % (vinte por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois anos).

12.2.1 As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato. A aplicação das sanções pecuniárias estabelecidas nos itens anteriores não afasta a responsabilidade da CONTRATADA por eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros e nem aos ditames penais previstos na Lei 14.133/21, em decorrência da imperfeita execução do serviço contratado.

Lagoa formosa, 24 de junho de 2025

Adauto Moreira de Andrade
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos